Movimentos sociais latino-americanos: "territórios em resistência"

*Por **Graciela Hopstein**, pesquisadora associada do Instuto Nupef, autora do livro 'A Rebelião Argentina'*



Data da publicação:

Abril de 2011

Este trabalho tem por objeto analisar as dinâmicas de luta e resistência dos movimentos sociais latino-americanos emergentes na região a partir da década de 90. A nossa proposta encaminha-se no sentido de refletir acerca das modalidades de luta, organização (social e produtiva) e de comunicação implementadas por estes coletivos que implicaram no surgimento de novas identidades, subjetividades e de uma nova cultura política, conceito que deve ser entendido como um conjunto de práticas que envolvem ao mesmo tempo dinâmicas de resistência e produção, que devem ser pensadas de forma indissociável.

Partimos da ideia que na atualidade o continente latino-americano conta com a presença destacada de movimentos que emergiram tanto no âmbito rural como nos espaços urbanos (principalmente), afirmados na base de uma sólida organização territorial. É importante observar que os mencionados coletivos surgem no contexto dos processos de desindustrialização e da crise da sociedade salarial que implicaram mudanças radicais nas paisagens urbanas latino-americanas, colocando as periferias e os subúrbios como um cenário político decisivo. Para Mike Davis, autor de Planeta Favela (2007), as denominadas periferias urbanas apresentam uma mistura complexa de subúrbios pobres, deslocados dos centros das cidades e concentram setores que não estão vinculados à economia formal - e é lá onde confluem as fraturas mais importantes do capitalismo: a raça, a etnia o gênero, que, para o autor, "são os territórios do desapossamento quase absoluto e também de esperança.[1]"

Para Maria da Glória Gohn (1997)[2] as transformações verificadas no âmbito da vida urbana implicaram a introdução de novas análises políticas vinculadas à dicotomia entre o público e o privado; à questão da cidadania; à exclusão social; à emergência de uma cultura política presente nos espaços associativos; à importância das experiências cotidianas; à relação entre democracia direta e representativa, e ao surgimento de novos atores sociais que começam a ganhar destaque e protagonismo: mulheres, jovens, negros/as, indígenas, os pobres e os excluídos (historicamente) dos direitos de cidadania.

A pergunta que surge a partir destas reflexões iniciais é: quem é esse novo sujeito político? Esse novo sujeito é

social. São os movimentos sociais que consolidados a partir da construção de identidades políticas, étnicas e socioculturais específicas, e do compartilhamento de experiências coletivas comuns passam a se definir e a se reconhecer mutuamente, a decidir e agir em conjunto. Trata-se de um sujeito coletivo que não se apresenta como portador de uma universalidade definida a priori a partir de uma organização determinada que opere como centro. São movimentos de resistência que *põem em movimento não apenas uma parte da sociedade, mas uma sociedade diferente (...) um conjunto de relações sociais e de formas de trabalho não capitalistas e de modos de organização, significação, representação e autoridade política tradicionais, diferentes da sociedade dominante.*[3]

O movimento zapatista que surge no México, no dia 1º de janeiro de 1994[4], aparecia como o primeiro movimento social latino-americano que, após a queda do Muro de Berlim, não apenas interpelava a sociedade mexicana, mas também o conjunto dos "oprimidos e excluídos do mundo". As demandas zapatistas por "terra, trabalho, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, justiça e paz" indicam claramente que as populações mexicanas, assim como muitas outras do capitalismo periférico, estão (e estiveram) longe de ter acesso a uma cidadania efetiva e hoje demandam e lutam para construir sociedades mais democráticas, livres, justas e dignas.

Certamente, o zapatismo implicou na emergência de um novo sujeito político e formas de entender e fazer política. A luta contra a dominação supõe para o EZLN[5] a procura de novas (ou outras) relações de poder. A busca orienta-se no sentido de construir uma verdadeira sociedade comunitária através de autênticas práticas democráticas, sem hierarquias nem representações. O sujeito político emergente e as formas de entender e fazer política do zapatismo são radicalmente diferentes daquelas traçadas pela teoria política dominante.[6] Mas também o zapatismo levou ao reconhecimento de identidades baseadas na ideia da diferença (vinculadas às questões de sexo, raça, etnia etc.) e portanto de uma "nova concepção" de cidadania e democracia, para além do Estado e do sistema político representativo (um cidadão, um voto).

No caso do zapatismo, podemos reconhecer que a situação histórica de opressão na qual vivem (e viveram) as populações indígenas mexicanas, e a instalação do NAFTA constituíram os fenômenos determinantes que deram origem à emergência do movimento. Também observamos que, embora o zapatismo originalmente tenha se constituído como um exército, as armas de guerra que utiliza são as palavras e o "silêncio".[7] A comunicação – através dos discursos, dos comunicados, dos proclamas ou dos prolongados silêncios - se instala como a principal ferramenta de luta[8] já que trata-se de um movimento que adquiriu visibilidade política (inclusive em escala planetária) através de estratégias de comunicação e conexão com outros movimentos regionais e globais.

Também as denominadas guerras dos recursos naturais desencadeadas na Bolívia entre os anos 2000 e 2005 constituem um exemplo interessante para a nossa análise, não apenas porque tratam-se de lutas travadas frente a uma política que historicamente privou às populações indígenas (que constituem a maioria da população) o acesso a recursos como a água e o gás, mas porque ao mesmo tempo conseguiu consolidar espaços autônomos de auto-organização e, inclusive, alternativas à ordem estatal. Da mesma forma que no panelaço argentino[9], os protestos em 2003 na Bolívia se revelaram através de ações coletivas beligerantes, de bloqueios de ruas e em manifestações multitudinárias. Emergiram também novas formas de organização territorial espalhadas pelo tecido urbano: as juntas vecinales ou asambleas barriales que estabeleceram estruturas de autogoverno, isto é, núcleos de organização e coordenação de ações. Mais do que uma revolta popular, observamos a emergência de um movimento autogestionário complexo, articulado em redes, conformado por jovens, trabalhadores, mulheres, indígenas, professores, aposentados – que lutam pela recuperação e distribuição de recursos naturais, que resistem às políticas neoliberais do Estado, que questionam o monopólio da representação política e que reivindicam o reconhecimento da etnia indígena, isto é, de sua cultura e de seus direitos. Nas palavras de Prada Alcoreza (2004), *"Vai emergir de forma organizada um movimento social que começa a elaborar a sua nova criatura, o desenvolvimento da intelectualidade geral autônoma".*[10]

O surgimento e a consolidação dos movimentos indígenas na cena político-social (experiências de Chiapas e Bolívia) vieram acompanhados pela emergência de mobilizações camponesas que alcançaram uma presença significativa na região. Certamente o Movimento Sem Terra (MST) no Brasil constitui um caso emblemático, porque além de ser um movimento de grande alcance e visibilidade, as ocupações de propriedades rurais em busca de uma reforma agrária integral, as ações conduzidas contra o modelo do agronegócio e contra os chamados assentamentos, fizeram deste movimento uma organização de grande relevância política. A multiplicidade de dimensões em que atua o MST é significativa para a nossa análise já que o trabalho do movimento envolve a luta (e a resistência) "bem como o trabalho cotidiano que envolvem questões ligadas à produção, educação, saúde, cultura, direitos humanos..."[11]

A partir destas ideias iniciais, é possível afirmar que a partir da década de 90, as lutas travadas por estes atores

tiveram em seu cerne tanto a crítica aos programas neoliberais, ao sistema de governança global, como ao sistema político moderno baseado na centralidade do Estado (e nos pactos corporativos atrelados a esta dinâmica) e na lógica de representação. No caso da Argentina, por exemplo, o terrível fracasso do projeto neoliberal, a profunda crise econômica e política caracterizada pelo esgotamento do modelo instalado desde o segundo pós-guerra[12], e da democracia representativa, fornecem os elementos que permitem explicar os acontecimentos de revolta de 19 e 20 de dezembro de 2001 – também conhecidos como panelaço- e a emergência de novos movimentos sociais[13]. Embora trate-se de um país que conheceu níveis de desenvolvimento e inclusão mais elevados em comparação com os demais países da região, a partir da década de 90, e com a crise desencadeada em 2001, ficou claramente demonstrado que a sociedade argentina não conseguiu articular um projeto efetivamente democrático para além do Estado e das fronteiras do sistema representativo (que, aliás nesse caso, operou de forma bastante limitada a partir de esquemas clientelistas e com altos índices de corrupção). Nesse sentido, o grito "que se vayan todos, que no quede ni uno sólo" presente ao longo das sucessivas manifestações ocorridas durante e após o panelaço, resulta particularmente emblemático.

Produto das manifestações de dezembro, as assembleias de bairro, formadas de maneira espontânea por vizinhos, constituíram um fenômeno destacado de atividade e ação militante. Embora este movimento não esteja presente hoje na cena política, ele conseguiu criar efetivamente um âmbito de afirmação e de resistência construindo, ao mesmo tempo, modalidades contestatórias de poder e de organização e administração local alternativas, baseadas na ação coletiva e na recuperação do espaço público.

Ao mesmo tempo, observamos que embora as lutas conduzidas por estes coletivos estejam fortemente atreladas a conflitos e demandas específicas, vinculadas aos contextos nacionais nos quais estão inseridos, elas têm a capacidade de levantar problemas de relevância supranacional. De fato, muitos dos protestos conduzidos por esses movimentos tiveram como foco o reclamo frente às pressões exercidas pelos organismos internacionais (FMI, OMC etc.), e se posicionaram contra o pagamento da dívida externa, ou o enfrentamento a conflitos ambientais pontuais ligados diretamente às atividades predatórias exercidas por empresas multinacionais na região.

Devemos mencionar aqui o Fórum Social Mundial de Porto Alegre (FSM/POA, celebrado consecutivamente entre os anos 2001 e 2003 no mês de janeiro) que instalou-se como um espaço institucional de encontro e debate, em contraponto à reunião dos magnatas de Davos, com a clara intenção de denunciar o caráter antidemocrático e excludente da globalização. Desta forma, a cidade de Porto Alegre representou um espaço social alternativo – por estar localizada em um país latino-americano e por ter uma trajetória política de um governo de esquerda – e aberto à livre circulação de pessoas e de grupos e organizações sociais e políticas de diversas origens.

Certamente, os movimentos latino-americanos aos quais estamos fazendo referência nesta análise implicaram na criação de formas inovadoras de condução da resistência e da produção. As ações conduzidas por esses coletivos constituem experiências ilustrativas da instalação de uma dinâmica social inovadora na qual o trabalho e a política tendem a coincidir, formando parte de um processo que envolve ao mesmo tempo a organização da luta e da produção, isto é, resistir e produzir[14]. Para alguns autores, trata-se então de uma dinâmica marcada pelo duplo movimento de negação-rejeição ou de afirmação-proposta.[15]

Observamos ainda que os referidos movimentos começam a expressar, a partir de práticas de desobediência e resistência civil, não apenas a sua vontade de ter autonomia frente ao Estado e a necessidade de desenvolvimento de dinâmicas democráticas inovadoras, mas, principalmente, a necessidade de criar propostas alternativas de organização política e produtiva.

O movimento piquetero na Argentina é, na nossa perspectiva, um caso emblemático que se inscreve nesta dinâmica levando-se em conta que a sua atividade não se restringe exclusivamente às ações de protesto – realização de piquetes, isto é interdição de vias de circulação como estradas, ruas e pontes. A instalação de diversas modalidades de organização e de produção de caráter autogestivo e cooperativo – em creches, hortas, restaurantes e padarias comunitárias – constitui um elemento inovador por ter conseguido por em prática formas de trabalho vivo (produtivo) para além da relação salarial (formal ou informal).

Desta forma, os piqueteros conseguiram estabelecer uma importante linha de resistência e uma capacidade de mobilização massiva da qual poucos movimentos dispõem. Os piquetes não apenas geraram uma forte identidade comum aglutinada na polêmica figura do desocupado – conformada por aqueles expulsos dos centros fabris e por jovens que nunca estiveram incluídos na relação salarial – mas também contribuíram para a criação de novas redes de solidariedade e de produção. Embora trate-se de um movimento que reúne diversas facções e

orientações políticas (muitas delas, inclusive, articuladas ao movimento sindical), os piqueteros alcançaram um grau de visibilidade nacional (e internacional) quando conseguiram ocupar o espaço da cidade tornando-se um "movimento de desocupados".

Também o movimento de fábricas e empresas recuperadas na Argentina constitui um caso significativo. No contexto da crise político-econômica desencadeada no final da década de 90, e face à decisão de fechamento e/ou abandono por parte dos proprietários, ditos empreendimentos começaram a ser autogeridos pelos operários que decidiram dar continuidade às atividades produtivas. O movimento de recuperação produtiva tem um alcance muito importante no país já que, segundo estimativas oficiais, este fenômeno envolve aproximadamente 200 unidades produtivas que, na sua maioria, funcionam como cooperativas de trabalhadores dedicadas aos mais diversos ramos de atividade. Certamente, este fenômeno gerou diversas dinâmicas sociais, políticas, jurídicas e econômicas, abrindo espaço para o surgimento de modalidades produtivas, organizativas e políticas de caráter inovador, já que o movimento não representa apenas uma solução econômica, mas principalmente instala-se como alternativa política.

A partir desta análise podemos afirmar que, contrariamente às teses que anunciam o fim do trabalho, o trabalho produtivo, longe de desaparecer, ampliou-se, criando novas linguagens e formas de cooperação. Desta forma, as lutas travadas pelos novos movimentos sociais latino-americanos estão claramente ancoradas na figura do trabalho vivo, especificamente na sua dimensão comunicativa, cooperativa e pública, e assim concebido, coloca-se como a principal força produtiva. As ações de desobediência civil travadas pelos movimentos não apenas têm a capacidade de questionar e romper os laços com o Estado, mas também de construir, de modo afirmativo, formas alternativas de trabalho e de produção.

É importante salientar que embora possamos reconhecer elementos comuns nas dinâmicas instaladas pelos movimentos sociais latino-americanos, cada uma delas apresenta estratégias de lutas, formas de organização e de comunicação singulares, próprias de cada contexto e situação específica. Porém, podemos afirmar que a comunicação é um instrumento central porque representa uma estratégia de divulgação do trabalho dos movimentos em nível local e global. A comunicação constitui um veículo privilegiado para a construção de redes cooperativas com outros grupos e coletivos existentes no continente e em escala planetária. Páginas da internet, boletins, jornais, rádios comunitárias etc. são meios que facilitam a difusão, a conexão e a sustentação dos movimentos.

Inserido nesta dinâmica, o que conveniamos em chamar de movimento cultural brasileiro ocupa um papel protagonista. Integrado por um conjunto diverso e múltiplo de grupos e coletivos, eles buscam alternativas de integração para uma dinâmica marcada por um alto grau de segmentação, estratificação e exclusão, isto é, por desigualdades sociais (velhas e novas) no que diz respeito à organização produtiva e do trabalho e às modalidades de circulação e mobilidade no território da cidade. Assim, o esforço destes grupos orienta-se na procura de novos signos, linguagens e formas de organização econômica e política. Nos ambientes de produção cultural, localizados tanto no centro como nas periferias dos grandes centros urbanos (principalmente), são construídos laços capazes de transformar sujeitos a partir do fortalecimento de relações de solidariedade, de redes produtivas, de identidades coletivas, e do resgate da dimensão pública.

Também, os movimentos de luta pela moradia denominados "movimento dos sem teto" – como o Movimento dos Trabalhadores sem Teto, Movimento de Moradia no Centro (MMC) de São Paulo - ocupam um destaque importante. A sua principal estratégia de luta é a ocupação de prédios velhos e vazios, localizados nos centros urbanos. Além de adquirir uma importante visibilidade pública, estes movimentos conseguiram unificar as suas atividades com outros movimentos urbanos – como os moradores de rua e o movimento de catadores de lixo, organizados em forma de cooperativas ou associações de bairro.

Raul Zibechi, no seu trabalho "Territorios en resistencia" (2008), parte da ideia de que os movimentos sociais latino-americanos são movimentos territorializados. A noção de território envolve todo o sistema de relações sociais (fluxos e circulações). Neste sentido, a luta pelo território não se restringe apenas à distribuição de terras ou espaços urbanos, mas é a luta por todas as dimensões: tecnologia, mercado, educação, saúde e principalmente contra o capital que procura controlar os territórios. Portanto, trata-se de uma luta multidimensional e complexa. O autor analisa que a dinâmica de apropriação territorial como prática coletiva é uma resposta estratégica dos "pobres" à crise da fábrica e à desterritorialização produtiva impulsionada contra as reformas neoliberais e ao processo de privatização do público na esfera política. *"Essa tendência à reapropriação comunitária do espaço da vida onde se assentam esses movimentos, refere-se tanto a experiências de auto-gestão produtiva, de resolução coletiva de necessidades sociais como às formas autônomas de gestão dos*

assuntos públicos. Neste contexto podem ser abarcados os acampamentos do MST, as comunidades indígenas do Equador e Bolívia, os zapatistas, as fábricas recuperadas da Argentina etc.", afirma o autor.[16]

Também é importante mencionar aqui a presença e o caráter protagonista que os jovens desempregados (aqueles que nunca tiveram acesso ao trabalho assalariado formal) e as mulheres ocupam nos movimentos sociais na atualidade. As mulheres destacam-se tanto na conformação de movimentos territoriais como também na revitalização e reformulação das correntes feministas de décadas passadas que se cristalizaram em diversas mobilizações, conferências em defesa dos seus direitos e especialmente contra a violência e a pobreza (Marcha Mundial das Mulheres, em 2000, Conferência de Belém em 1994).

As lutas afirmativas pela conquista de direitos específicos – como a liberalização de uso de drogas e do aborto, a política de cotas raciais nas universidades e em diversos âmbitos institucionais públicos e privados - e contra as discriminações dos negros, das mulheres, dos homossexuais geraram a emergência de uma nova cultura política baseada no reconhecimento de identidades e de minorias historicamente excluídas.

Certamente a relação dos movimentos com o poder estatal apresenta dinâmicas complexas e controvertidas. Tradicionalmente, a resposta do poder frente à resistência se manifesta através da sua criminalização, isto é de diversas estratégias que abrangem desde ações repressivas (forças policiais) até a construção de acirradas campanhas de desprestígio e deslegitimação dos movimentos na mídia e/ou opinião pública. De todas as formas, e embora possamos reconhecer que os movimentos latino-americanos continuam exercendo um claro papel de confrontação ao modelo e às antigas modalidades de dominação, em muitas ocasiões aparecem como mediadores entre a sociedade e o poder público e, inclusive, como parceiros na execução de programas e políticas públicas. Para alguns, a possibilidade aproximação entre os movimentos e o Estado implicaria na sua fragmentação ou dissolução – ou no desencadeamento de processos de cooptação e restauração do clientelismo político. Entretanto, há elementos para se pensar que a articulação entre o trabalho dos movimentos e o Estado pode ser a chave para a instalação de políticas públicas de caráter efetivamente universal e democrático. O fato é que este novo cenário deve ser compreendido como resultado de uma construção da qual participaram tanto os movimentos – através das suas resistências e mobilizações – como as forças políticas que atualmente integram os governos democráticos. Neste contexto, é fundamental repensar alguns conceitos e dinâmicas para evitar cair em simplificações e rotulações que automaticamente tendem a interpretar a relação movimentos / Estado apenas como cooptação, traição e continuísmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo para uma reflexão final, encontramos nas dinâmicas dos movimentos latino-americanos elementos velhos e novos. Os elementos velhos estão vinculados às reivindicações e situações históricas de exclusão e marginalidade que certamente foram mudando a sua materialidade ao longo dos diversos períodos, levando-os a adquir novos significados, sentidos e dinâmicas, em função dos contextos políticos e sociais. Se analisarmos os movimentos étnicos na América Latina, por exemplo, saberemos que trata-se de grupos e coletivos que constituem minorias historicamente alijadas dos direitos de cidadania (excluídas, marginalizadas e exploradas). Entretanto, trata-se de um sujeito político que adquiriu visibilidade a partir da crise da matriz moderna e da relação salarial, contexto onde começaram a se reconhecer identidades baseadas na ideia da diferença, vinculadas às questões de sexo, raça e etnia.

Os novos movimentos sociais latino-americanos não esperam pelas respostas do Estado, mas sim lutam por corrigir as diferenças instituídas e por criar "soluções próprias" para os problemas de exclusão através de formas alternativas de organização produtiva. Neste contexto, a cidadania tutelada pelo Estado começa a ser substituída por outra - já que são os movimentos os atores fundamentais para o reconhecimento e acesso aos direitos universais, instalando uma nova "institucionalidade".

Fazendo um rápido balanço da atual conjuntura política latino-americana, podemos reconhecer que "o movimento" – no sentido amplo do termo – vem atravessando permanentes processos de transformação, crises e rupturas.

Para alguns autores, trata-se de uma derrota, de uma experiência fracassada, de uma força completamente dizimada e fagocitada pela lógica corporativa, especialmente pelo poder do Estado, de partidos políticos e sindicatos. Para outros, os coletivos e movimentos emergentes no cenário latino-americano deram origem a uma outra densidade social. Porém, neste contexto, nos parece importante entender que os movimentos conseguiram instalar novas dinâmicas políticas e modos de exercer a democracia. Concebidas como um autêntico movimento

de movimentos, as experiências analisadas não podem ser agregadas num modelo único. Trata-se de sujeitos políticos que, longe de serem unitários (e de procurarem a unidade política), fazem da luta contra a atomização e a segmentação instrumentos para o reconhecimento de uma identidade diferenciada, múltipla e plural.

Eles são, de fato, os novos bárbaros que, havendo emergido no coração do Império, têm a capacidade de destruir com violência afirmativa, traçando novas trilhas de vida através da sua própria existência material. *"Os bárbaros não vêm de terras remotas ou periféricas, mas do próprio centro. Endurecidos pelas injustiças e ordens impostas de cima para baixo, mutilados pelas máquinas de poder, os novos bárbaros têm a capacidade de construir territórios subjetivos a partir das próprias linhas de escape a que são impelidos, ou dos territórios de miséria a que foram relegados, ou da incandescência explosiva em que são capazes de transformar seus fiapos de vida em momentos de desespero coletivo".*[17]

---

1. DAVIS, M. planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2006

2. GOHN, Maria da Glória. Teorias explicativas dos movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 1997

3. ZIBECHI, R. Territorios en resistencia. Buenos Aires: La vaca Editora, 2008

4. Data que inaugurava a instalação definitiva do Tratado do Livre Comércio da América do Norte. (NAFTA)

5. Ejército Zapatista de Liberación Nacional

6. Nas palavras de Marcos (1996): "Nosotros apostamos a una premisa fundamental: no a la toma de poder, no a los cargos gubernamentales, no a los puestos de elección popular y vamos a ver qué tipo de políticos produce una organización de esa naturaleza".

7. Walter Kohan (Revista Lugar Comum n.18; 2003) diz a esse respeito: "O silêncio não significa omissão, complacência ou legitimação. Ele é uma das formas privilegiadas de expressão de muitos povos indígenas em América Latina. É também uma forma de lutar e propagar uma maneira diferenciada de entender o discurso, a fala, a palavra. Os zapatistas o dizem explicitamente: o silêncio é algo que deve ser cuidado e preservado... É uma forma de resistência. É também sinal de uma outra forma de entender e praticar a política. Afinal, é uma outra forma de vida".

8. Embora o zapatismo venha atravessando sucessivos processos de transformação no que diz respeito a sua organização e estratégias de luta, nesta análise nos parece importante salientar as características gerais do movimento, e principalmente as dinâmicas que deram origem a sua constituição.

9. Relativo aos acontecimentos de 19 e 20 de dezembro de 2001 e seus desdobramentos. Para um aprofundamento sobre esta temática ver: HOPSTEIN, G (op. cit), 2007

10. PRADA ALCOREZA, R. Perfiles del movimiento social contemporáneo. El Conflicto Social y político en Bolivia. Las Jornadas de septiembre-octubre de 2003. IN: Revista OSAL Nº 12. Buenos Aires: CLACSO, 2004, p. 39.

11. CALDART, R. O MST e a formação dos Sem - Terra: o movimento social como princípio educativo. IN GENTILI, P; FRIGOTTO, G. (orgs) A cidadania negada. São Paulo: Cortez, 2001, p. 127

12. O modelo político ao qual estamos fazendo referência esteve baseado no denominado pacto populista, isto é na relação capital, trabalho e Estado.

13. Fazemos aqui uma referência direta aos movimentos das assembléias de bairro, organizações piqueteras e fábricas e empresas recuperadas. Para um aprofundamento sobre esta temática ver: HOPSTEIN, G. A rebelião argentina: assembléias de bairro, piqueteros e empresas recuperadas. Rio de Janeiro, E-papers: 2007.

14. Para um aprofundamento desta temátiva ver: LAZZARATO, M.; NEGRI, A. Trabalho imaterial. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

15. KOROL, C. La formación política de los movimientos populares latinoamericanos em OSAL (Buenos Aires: Clacso) Año VIII, N 22, septiembre de 2007.

16. ZIBECHI, 2008. Op. cit, p 31.

17. PÁL PELBART, P. Poder sobre a Vida, Potência da Vida. Revista Lugar Comum, n. 17. Rio de Janeiro: E-Papers, 2002, p. 37.

Categoria:

- poliTICs 9